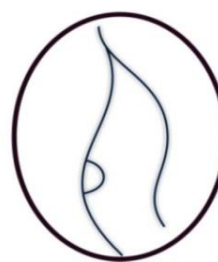




INTERFACE
ISSN 2448-2064



7

O NOVO ENSINO MÉDIO E O ESTADO DO PARÁ: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE INDICADORES EDUCACIONAIS

THE NEW HIGH SCHOOL AND THE STATE OF PARÁ: A GEOGRAPHICAL ANALYSIS OF EDUCATION BASED ON EDUCATIONAL INDICATOR

Lays Jorge dos Santos
lays.santos@professor.to.gov.br

Adão Francisco de Oliveira
adaofrancisco@mail.uft.edu.br

Resumo

O Estado do Pará possui dados educacionais alarmantes, principalmente no que se refere ao ano de 2019, uma das grandes questões é o alto nível de pobreza e a falta de infraestrutura das escolas. Podemos destacar que estes indicadores são o reflexo da desigualdade socioeducacional e como ela reflete no aprendizado dos alunos. Este é um trabalho de cotejamento bibliográfico utilizando dados dos principais indicadores educacionais, a partir do QEdU e INEP, além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Uma análise de dados revela um cenário preocupante no Pará, com índices baixos de aprendizado e altas taxas de atraso de idade-série, que indicam que muitos estudantes estão com atraso escolar significativo. Temos como objetivo expor os principais indicadores educacionais no estado do Pará no ano de 2019 a 2021, entendendo a sua importância em um cenário de desigualdade expondo as principais fragilidades do sistema educacional no estado do Pará e as consequências das políticas educacionais neoliberais, evidenciando a necessidade urgente de mudanças estruturais para garantir uma educação.

Palavras-chave: Pará Socioeducacional Desigualdade

Abstract

The state of Pará has alarming educational data, particularly regarding the year 2019. One of the major issues is the high level of poverty and the lack of school infrastructure. It can be highlighted that these indicators are a reflection of socio-educational inequality and how it affects students' learning. This is a bibliographic comparison study using data from the main educational indicators, from QEdU and INEP, as well as the National Common Curricular Base (BNCC). Data analysis reveals a concerning scenario in Pará, with low learning rates and high age-grade discrepancy rates, indicating that many students are facing significant school delays. Our goal is to present the main educational indicators in the state of Pará from 2019 to 2021, understanding their importance in a scenario of inequality, exposing the main weaknesses of the educational system in the state of Pará, and the consequences of neoliberal educational policies, highlighting the urgent need for structural changes to ensure quality education.

Keywords: Pará Socio-educational Inequality

Introdução

A escola, bem como a sala de aula, tratam-se de espaços que devem viabilizar o processo de ensino e aprendizagem. Ambas são estruturas de saber, socialização e desenvolvimento cognitivo. É importante e necessária a vinculação desses espaços com as dinâmicas socioculturais locais e globais e com as demandas da sociedade contemporânea, assim como da cidade e bairro em que está localizada (CAVALCANTI, 2012). A escola possui um importante papel em formar cidadãos aptos para atuarem no espaço, compreendendo as dinâmicas políticas, econômicas e sociais.

Os estudantes possuem diversos modos de vida, diversas formas de existir e essas diferenças devem ser tratadas em sala de aula.

Dentre as possibilidades, temos o estudo dos grupos sociais, lembrando que estamos diante de jovens que estão em situação de desigualdade socioeducacional. Para Kaercher (2008, p. 56):

Uma boa sociedade seria aquela disposta da preocupação efetiva (seja do Estado seja das classes favorecidas) em promover a ascensão e proteção daqueles grupos apartados das boas condições. A Geografia pode, ao estudar os espaços, sensibilizar os estudantes para os diferentes grupos sociais que compõem nossas sociedades, buscando, nestes termos, a boa sociedade através da análise dos espaços que possuímos e vislumbrando outros arranjos espaciais nos quais a exclusão e as injustiças sociais tenham menos vez e força. Projeto político que incorpora e ultrapassa o pedagógico.

A crescente preocupação com o mercado de trabalho também tem modificado o cotidiano nas escolas, desqualificando a territorialidade dos alunos e focando em uma educação que pode promover o aumento singular ou considerável das desigualdades socioeducacionais. Referente a essa problemática, Katuta (2005) afirma que:

Na escola ensina-se a pensar metafisicamente e, portanto, a (re)produzir espacialidades voltadas à (re)produção do capital. Essa educação ocorre tanto por meio do posicionamento epistemológico dos agentes educadores, quanto pelo uso que se faz dos instrumentos criados pela humanidade, voltados a um determinado entendimento da realidade (KATUTA, 2005, p. 88).

A grande questão é que vivemos em um país assolado pelas políticas públicas educacionais neoliberais que desestimulam a educação, sucateiam a escola pública e fazem cortes financeiros em pesquisa e extensão. A desigualdade se faz presente no cotidiano – principalmente dos mais pobres – e o ensino público de qualidade parece que ficou apenas no imaginário. No Brasil, essa desigualdade compromete o desenvolvimento do aprendizado da maioria de crianças e jovens com realidades socioeconômicas e socioculturais marginais (OLIVEIRA, 2021, p. 56).

Temos como objetivo expor os principais indicadores educacionais no estado do Pará no ano de 2019 a 2021, entendendo a sua importância em um cenário de desigualdade expondo as principais fragilidades do sistema educacional no estado do Pará e as consequências das políticas educacionais neoliberais, evidenciando a necessidade urgente de mudanças estruturais para garantir uma educação.

Metodologia

Este é um trabalho de cotejamento bibliográfico, utilizando indicadores educacionais dos principais meios de coleta e divulgação desses indicadores como QEDu, e o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para que possamos entender melhor qual é a situação a partir de dados numéricos. Consultamos ainda a BNCC (Base Nacional Comum

Curricular), referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil.

Resultados e discussões

Dentre as principais políticas neoliberais que promoveram o desmonte da educação temos o corte de verbas das universidades e institutos federais pelo governo federal. Somente em junho de 2022 o valor chegou a R\$438 milhões que atingiram diretamente as áreas de ensino, pesquisa e extensão de diversas instituições públicas brasileiras.

Existe ainda o crescente aumento de instituições privadas de ensino, que retiram o teor crítico e criativo da educação pública de qualidade, promovendo a escolarização a fim de suprir as vagas do mercado de trabalho e propagando a ideia de formar crianças apenas para alcançar resultados satisfatórios em avaliações, como o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), retirando do ar ideais escolares de formar crianças para a vida, cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Em relação a isso, podemos retomar a ideia de desigualdade socioeducacional. Bourdieu (2014) conclui que:

Os educandos provenientes de famílias desprovidas de capital cultural apresentarão uma relação com as obras de cultura vinculadas pela escola que tende a ser interessada, laboriosa, tensa, esforçada, enquanto para os indivíduos originários de meios culturalmente privilegiados essa relação está marcada pelo diletantismo, desenvoltura, elegância e facilidade verbal.

Essa desigualdade é reforçada em um espaço que deveria ser de interação, integração, inclusão e equidade. Devemos nos alertar para as poderosas formas de desigualdade escolar promovida principalmente pelas políticas neoliberais.

Contingencialmente, a aula é um campo de possibilidades, sejam elas negativas ou positivas. E uma mesma aula planejada não se desenvolve igualmente em duas turmas diferentes. As condições de apropriação e uso da linguagem se dão de forma desiguais em turmas diferentes, de modo que os resultados também serão diferentes (OLIVEIRA, 2011, p. 7).

Entendemos a preocupação dos professores e da gestão escolar quanto ao Ideb. O Ideb é marcado por provas padronizadas (prova Brasil) e pelos indicadores de fluxo escolar. Quanto maior o Ideb, maior a verba destinada para a escola. Trata-se portanto, de uma lógica de política na contramão da equidade e que tem como um dos seus princípios condutores a própria ampliação das desigualdades educacionais (ALBUQUERQUE, 2021, p. 26).

Cabe lembrarmos também da crescente expansão das escolas cívico-militares, que por muitas vezes buscam retomar uma ideologia ditatorial, combatendo a democracia e a liberdade de expressão, elevando ainda os ideais da chamada escola sem partido, que priva alunos e professores de um pensamento crítico, livre e democrático. Para Albuquerque (2021, p. 33) essas políticas tomaram fôlego durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, essas medidas formaram um pacote de políticas neoliberais educacionais de caráter conservador e autoritário.

Por fim, temos a reforma do ensino médio, que instaurou diversas mudanças no que tange a essa importante etapa da educação básica. Dentre essas mudanças podemos citar a homologação da BNCC para a etapa do ensino médio, a introdução de cursos técnicos atrelados a esta etapa do ensino, o retorno do professor de “notório saber” – que não possui formação adequada – e o aumento progressivo da carga horária anual do ensino médio, que passou de 800 para 1.400 horas. Segundo Albuquerque (2021, p. 101):

A Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) foi estabelecida com objetivo de restringir os estudantes da escola pública a uma formação para a inclusão precária no mercado de trabalho, com este intuito, o discurso oficial foi moldado sob os conceitos de protagonismo juvenil, flexibilidade e liberdade de escolha em sua formação. Tais discursos ocultam as estratégias de interdição da juventude trabalhadora ao ensino superior público, auxiliando no arrefecimento das lutas de classe que o acesso excludente fortalece.

Entendemos com bastante sensibilidade a BNCC, documento já aprovado e que deve ser democratizado em todas as instituições de ensino. Todavia, diversas problemáticas cerceiam a base, como a falta de diálogo com a sociedade e a comunidade escolar como um todo.

Durante a sua construção, a eliminação de diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, a perda de espaço para os profissionais da educação dessas áreas, culminando na exclusão e não obrigatoriedade da área de ciências humanas revelou a falta de valorização com as ciências dessas áreas. Há mais de uma década Arroyo (2007) já se preocupava com o a exclusão das resistências negra, indígena e feminina no contexto educacional. Podemos perceber que a base avançou de forma excludente com tais resistências.

Considerações Finais

Diante de todo esse cenário, o Estado do Pará possui dados desastrosos quanto aos indicadores educacionais. Os índices das escolas estaduais paraenses estão abaixo do adequado e demonstraram que o estado não possui níveis de aprendizado suficientes.

No quadro abaixo organizamos os dados dos indicadores como: Ideb, taxa de abandono escolar e taxa de distorção idade-série de todos os estados da região Norte para que possamos obter uma visão geral da situação em que o Pará se encontra.

Quadro 1 - Indicadores educacionais do ensino médio das escolas estaduais urbanas do Norte do Brasil durante o ano de 2019

ESTADO	IDEB	ABANDONO ESCOLAR (%)	DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (%)
ACRE	3,7	6,2	25,3
AMAPÁ	3,2	10,9	39
AMAZONAS	3,5	7,8	38
PARÁ	3,2	10,9	49,9
RONDÔNIA	5	6,2	31,2
RORAIMA	3,5	6,9	25,9
TOCANTINS	3,9	4,5	27,9

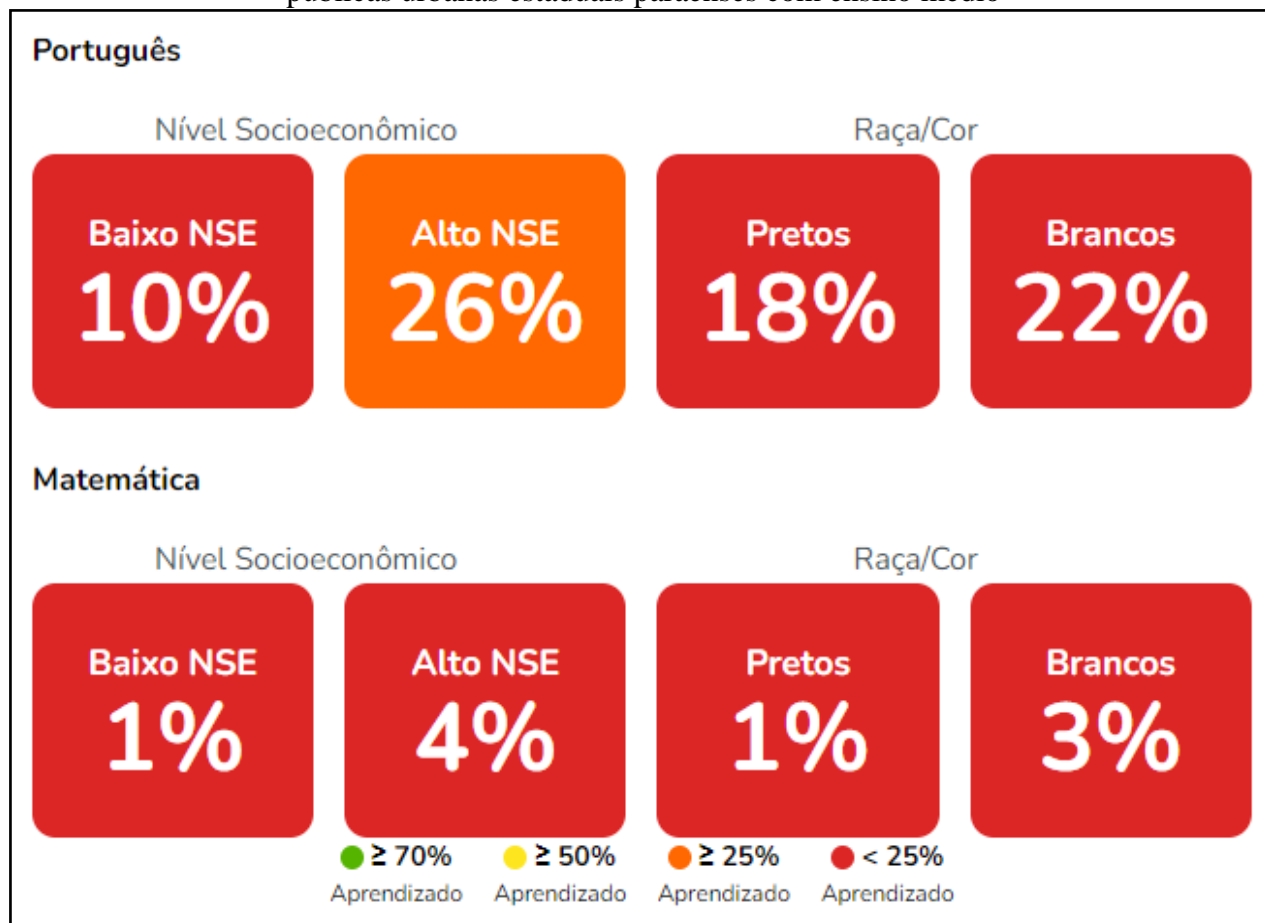
Fonte: QEdU, 2019. Organizado pela autora.

Dentre os estados, o Pará é o que possui dados mais preocupantes em todos os indicadores, empatando com Amapá nos indicadores do Ideb e de abandono escolar. Por outro lado, o percentual de distorção idade-série do Pará é muito maior em relação ao Amapá.

Algumas hipóteses podem justificar esses índices, como: os altos níveis de pobreza e a falta de infraestrutura das escolas, lembrando ainda do alto número de municípios. O Pará possui 144 municípios, 9.675 escolas, 2.110.434 alunos matriculados e 31.801 professores no total (QEDU, 2020).

A partir da figura 1 podemos ter uma primeira impressão de como está a situação do aprendizado nas escolas estaduais do Pará com base na equidade. O indicador apresenta as taxas levando em consideração o Nível Socioeconômico (NSE) e a raça/cor dos alunos conforme a seguir:

Figura 1 - Percentual de estudantes com aprendizado adequado com base na equidade nas escolas públicas urbanas estaduais paraenses com ensino médio



Fonte: QEDu, dados do Saeb, INEP – 2019.

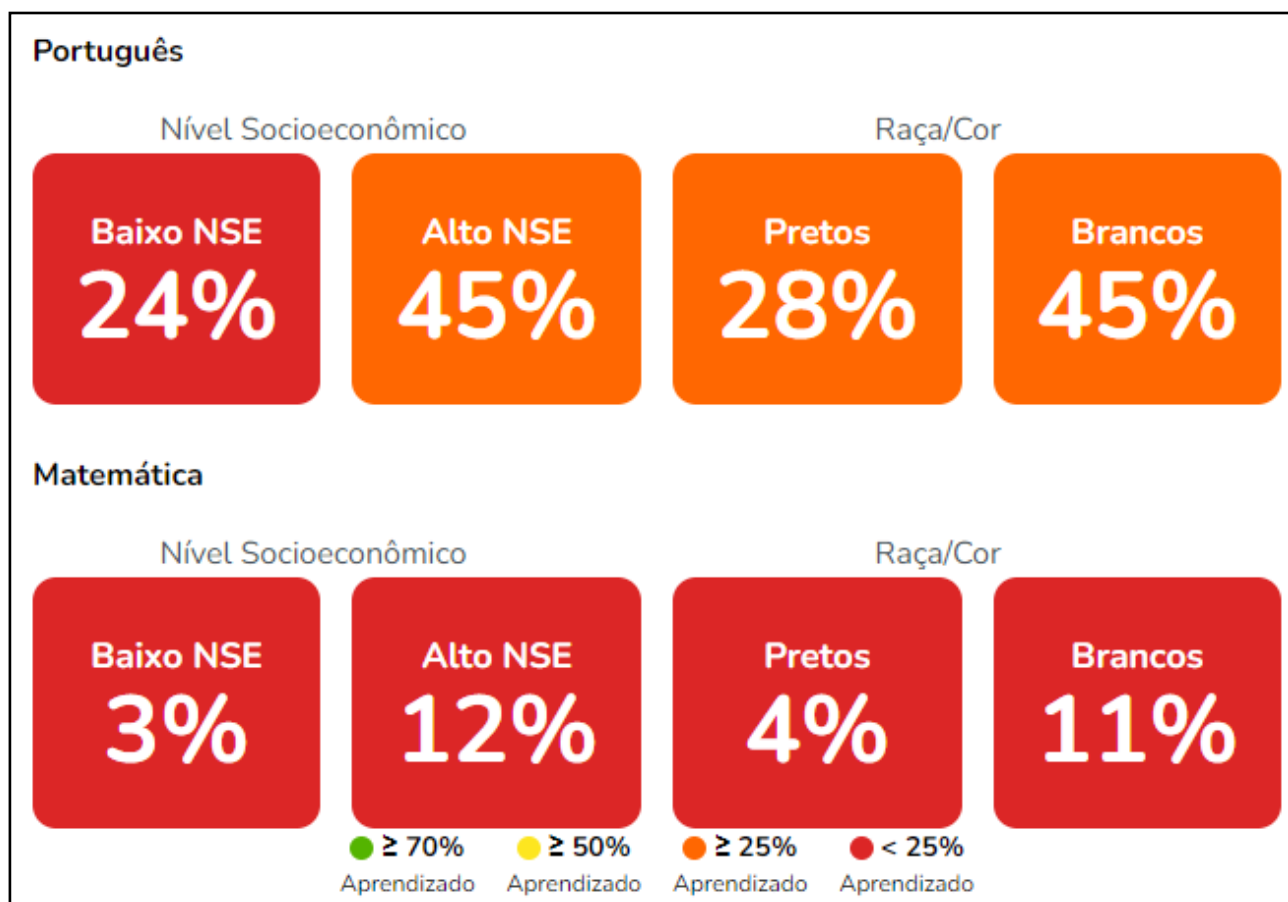
Em Português, temos um destaque para os alunos com alto NSE. Estes alunos alcançaram uma taxa de 26%, enquanto os alunos com baixo NSE ficaram com 10%, mais que o dobro de diferença. Já os alunos pretos eram 18% enquanto que os brancos eram 22%.

Em Matemática as taxas caem, porém, a discrepância continua. Os alunos com baixo NSE atingiram a marca de 1%, enquanto os de alto NSE alcançaram 4%. No que tange à raça/cor os alunos pretos atingiram a marca de 1%, enquanto os brancos ficaram com 3%.

Podemos destacar que neste indicador temos o grande reflexo da desigualdade socioeducacional e como ela reflete no aprendizado dos alunos.

Já em nível nacional, o quadro possui uma modificação. O número de alunos com baixo NSE no Brasil sofre aumento, tanto nos indicadores de aprendizado adequado em português e matemática, quanto no indicador de raça/cor, mas ainda assim as taxas estão em vermelho ou laranja, ou seja, não são ideais.

Figura 2 - Percentual de estudantes com aprendizado adequado com base na equidade nas escolas públicas urbanas estaduais do Brasil com ensino médio

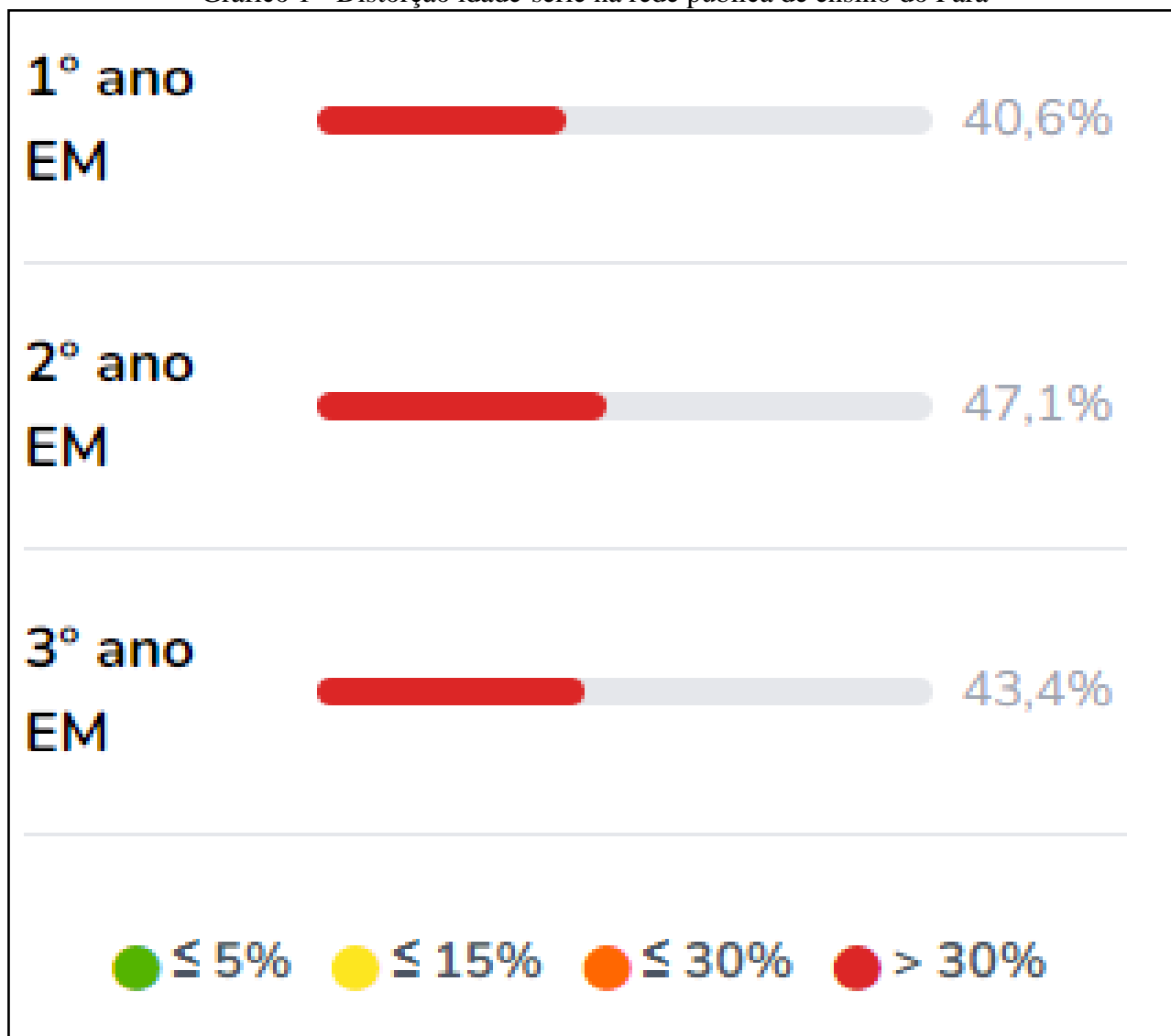


Fonte: QEdú, dados do Saeb, INEP – 2019.

Outro indicador que também reflete essa desigualdade é a taxa de distorção idade-série. Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 6 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, que conta com 9 anos de duração - para o ensino fundamental de 9 anos de duração, a idade adequada de ingresso é de 7 anos (INEP, 2022).

Considerando que, numa situação ideal, os alunos teriam uma trajetória regular, é possível identificar a idade adequada para cada uma das séries do ensino fundamental e ensino médio. A Taxa de Distorção Idade-Série permite avaliar o percentual de alunos que possuem idade superior à recomendada para a série frequentada, ou seja, que se encontram numa situação de atraso escolar. No Pará, a taxa é elevada. Em 2021 a média de atraso dos estudantes do ensino médio nas escolas urbanas era de 43,7%. Isso significa que a cada 100 alunos, aproximadamente 44 estavam com atraso escolar de dois anos ou mais. Abaixo, temos o gráfico 1 que expõe essa situação.

Gráfico 1 - Distorção idade-série na rede pública de ensino do Pará



Fonte: QEdu, dados do Indicador de Distorção idade-série – INEP – 2021.

Pode-se perceber que em todos os anos do ensino médio a taxa é alta e fecha acima dos 30%. No 1º ano a taxa fixou-se em 40,6%, no 2º ano 47,1% e no 3º ano 43,4%. Já no Brasil, a média cai significativamente. Estima-se que a cada 100 alunos, 27 estavam em atraso escolar de dois anos ou mais.

Outro quadro que chama bastante atenção é o de infraestrutura das escolas. Existem alguns fatores no âmbito escolar que são facilitadores e que podem proporcionar a aprendizagem, como a alimentação, a acessibilidade, a energia, a água e entre outros. Embora as escolas públicas do Estado do Pará possuam índices excelentes, como o de alimentação fornecida (100%), existem algumas taxas que são preocupantes e que de alguma forma podem explicar a desigualdade educacional, conforme o quadro.

Quadro 2 - Infraestrutura das escolas públicas no Estado do Pará

ITEM	PERCENTUAL	ITEM	PERCENTUAL
ESCOLAS COM ACESSIBILIDADE	24%	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS	4%
ALIMENTAÇÃO FORNECIDA	100%	ENERGIA ELÉTRICA (REDE PÚBLICA)	77%
ÁGUA TRATADA (REDE PÚBLICA)	27%	BIBLIOTECA	15%
QUADRA DE ESPORTES	18%	ESGOTO (REDE PÚBLICA)	7%
LIXO COM COLETA PERIÓDICA	41%	TV	43%
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	14%	BANDA LARGA	29%

14

Fonte: QEdú, dados do Censo, INEP – 2021. Organizado pela autora.

Consideramos os itens acima essenciais para a qualidade e equidade da educação. Percebe-se que existe uma considerável falta de infraestrutura nas escolas públicas do Pará. Apenas 24% das escolas paraenses possuem acessibilidade, 27% água tratada da rede pública e 7% esgoto da rede pública. Considerando o contexto pandêmico e a instauração do ensino híbrido, destacou-se a presença de internet banda larga nas escolas, onde apenas 29% apresentaram o item.

Como vamos pensar em uma educação que não valorize o esporte? Onde apenas 18% das escolas possuem quadra, como vamos estimular a leitura se os alunos não possuem um espaço adequado para essa tarefa? notamos a carência de bibliotecas, salas de leitura e laboratórios. Quanto à infraestrutura, percebemos que é um problema nacional, apesar de alguns itens possuírem um percentual mais alto, a evolução ainda é lenta.

Quadro 3 - Infraestrutura das escolas públicas no Brasil

ITEM	PERCENTUAL	ITEM	PERCENTUAL
ESCOLAS COM ACESSIBILIDADE	40%	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS	10%
ALIMENTAÇÃO FORNECIDA	99%	ENERGIA ELÉTRICA (REDE PÚBLICA)	96%
ÁGUA TRATADA (REDE PÚBLICA)	94%	BIBLIOTECA	31%
QUADRA DE ESPORTES	35%	ESGOTO (REDE PÚBLICA)	47%
LIXO COM COLETA PERIÓDICA	67%	TV	75%
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	33%	BANDA LARGA	64%

Fonte: QEdú, dados do Censo, INEP – 2021. Organizado pela autora.

Existe uma parcela da população que vive as dificuldades da escola pública, como a falta de infraestrutura adequada, falta de professores e a carência de incentivos governamentais que amparem a permanência na escola.

Concluimos que a carência permanece basicamente nos mesmos itens: biblioteca, quadra de esportes e laboratórios. A falta dessa infraestrutura implica diretamente no aprendizado dos alunos e na formação global dos jovens que vivenciam a escassez desses recursos.

Referências

ALBUQUERQUE, M. A. M *et al.* Manifesto: críticas às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 39-64.

CAVALCANTI, Lana S. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

KAERCHER, Nestor André Kaercher. QUANDO A GEOGRAFIA CRÍTICA PODE SER UM PASTEL DE VENTO (when critical geography can be ineffectual). **Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 6, nov. 2008. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/126>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

KATUTA, Ângela M. **O estrangeiro no mundo da geografia**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2013/geografia_artigos/o_estrangeiro_no_mundo_da_geografia.pdf> Acesso em: 10 jul. 2023.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. A educação integral e o avanço civilizatório. *In*: OLIVEIRA, Adão Francisco de. (org.). **Uma nova educação é possível**. Goiânia: Kelps, 2021. p. 46-59.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. A SALA DE AULA COMO CONTINGÊNCIA. **Revista Temporis[ação]**. Cidade de Goiás, v. 10, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/27/pdf_1>. Acesso em: 8 abr. 2023.

QEd. **Acre**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/uf/12-acre>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

QEd. **Amapá**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/uf/16-amapa>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

QEd. **Amazonas**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/uf/13-amazonas>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

QEd. **Brasil**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/brasil>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

QEd. **Pará**. Disponível em: <<https://novo.qedu.org.br/uf/15-para>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

QEd. **Rondônia**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/uf/11-rondonia>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

QEd. **Roraima**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/uf/14-roraima>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

QEd. **Tocantins**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/uf/17-tocantins>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Recebido para publicação em fevereiro de 2025.

Aprovado para publicação em junho de 2025.